

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 2

O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Por:
Joelma Mendes dos Santos

Joelma Mendes dos Santos[74]

https://doi.org/10.47519/eiae.p6c2

INTRODUÇÃO

Este artigo se dedica à exposição e análise dos dados relativos à pesquisa intitulada: o trabalho de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa definiu como objetivo geral: analisar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, e como objetivos específicos: caracterizar a assistência estudantil promovida pela UFBA; descrever o perfil profissional das (os) assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil da instituição; analisar as condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil, e identificar e analisar as requisições, as demandas e respostas profissionais das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade.

Quanto à metodologia, o estudo partiu de um levantamento bibliográfico, de uma análise documental e de uma pesquisa empírica. A pesquisa empírica ocorreu a partir da aplicação de um questionário on-line com 43 questões subsidiadas no roteiro de descrição do processo de trabalho coletivo no qual se insere as (os) assistentes sociais[1]e foi estruturado a partir de três eixos, contemplando questões relativas ao Perfil Profissional; Condições de Trabalho e Requisições, Demandas e Respostas Profissionais.

Ampliar o conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil exigiu uma maior compreensão sobre o processo de constituição da oferta de ensino superior no Brasil, bem como sobre as transformações ocorridas no seu interior sob o domínio do capital, caracterizadas pela tendência de aumento da escolarização da classe trabalhadora e as determinações para requisição de assistentes sociais para trabalhar no âmbito da assistência estudantil, com o objetivo de atender às expressões da "questão social".

O estudo permitiu caracterizar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA a partir da exposição e análise dos dados relativos ao trabalho destas (es) profissionais na PROAE, entendendo que as IFES se constituem como espaços sócio-ocupacionais com variadas possibilidades para o trabalho profissional.

1 Documento disponibilizado pelo Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida – Doutor em Educação pela UFF e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no curso "Sistematização da atividade profissional do Serviço Social", promovido pela coordenação de Desenvolvimento Humano, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, em parceria com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade Federal da Bahia, realizado no período de 03 a 06 de outubro de 2017, com carga horária total de 48 horas.

A CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O lócus da pesquisa é a UFBA, instituição que se estabeleceu no Brasil após a chegada da Família Real Portuguesa no país, em 1808. Constituiu-se a partir da conjunção de unidades preexistentes, tornando-se universidade através do Decreto-Lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, sendo até então a única instituição federal de ensino superior público no estado da Bahia.

A UFBA é uma instituição multicampi, com instalação de unidades universitárias em Salvador, Vitória da Conquista e Camaçari. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, a Universidade dispõe de 106 cursos de graduação, com 39.795 estudantes matriculadas (os) e 143 cursos de pós-graduação, com 6.172 estudantes matriculadas (os). É constituída por oito Pró-Reitorias, e a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), espaço sócio-ocupacional onde trabalham as (os) profissionais, objeto desta investigação, é a mais recente entre as Pró-Reitorias, criada em 2006 como Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, e em 2009, passa a ser denominada Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, encarregada pelo planejamento, fomento, supervisão, avaliação e controle dos programas e ações nas duas dimensões que lhes estruturam (UFBA, 2013).

Diante das suas obrigações legais, a PROAE tem desenvolvido projetos e ações com a finalidade de assegurar a permanência, através da assistência estudantil, às (aos) estudantes em situação de vulnerabilidade social para enfrentamento das persistentes "desigualdades sociais e a discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber: mulheres, negros(as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos(as), dentre outros grupos" (UFBA, s/d, s/p).

A sede da PROAE está localizada na Rua Caetano Moura, nº 140, Federação e para execução das atividades, dispõe de 141[2] trabalhadoras (es) com formação em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo de Administração, Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Recepcionista, Secretariado Executivo, Serviço Social, Contabilidade, além de outras (os) profissionais como de Serviços Gerais, estagiárias (os), bolsistas, seguranças e porteira (os) .

As (Os) trabalhadoras (es) livres, aos quais foi possível a venda da sua força de trabalho mediante a transformação de sua capacidade de trabalho em uma mercadoria, em troca de um salário para manutenção da subsistência, encontram-se na PROAE, contratadas (os) via concurso público para provimento de caráter efetivo, ou via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A remuneração destas (es) trabalhadoras (es) e a carga horária de trabalho apresentam variação, tendo em vista o nível de qualificação, ou tempo necessário para preparação de uma força de trabalho específica, e/ou ainda tipo de contratos. As (Os) servidoras (es) subme-

2 Os números apresentados sobre a quantidade de trabalhadoras (es) lotadas (os) na PROAE podem apresentar variação, tendo em vista as oscilações decorrentes de aposentadoria, afastamentos de saúde e/ou capacitação, demissões, tendo esta última atingindo parcela significativa de trabalhadoras (es) terceirizadas (os) em decorrência das restrições orçamentárias impostas à universidade.

tidas (os) ao Regime Jurídico Único (RJU) encontram-se amparadas (os) na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005[3], o que inclui o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). A sede da Pró-Reitoria funciona de segunda a sexta-feira, das 7:00h às 19:00h. As (Os) trabalhadoras (es) estão organizadas (os) em dois turnos de trabalho para atendimento de demandas espontâneas da população usuária.

A PROAE é responsável por promover o acesso das (os) discentes às ações da assistência estudantil promovidas na Universidade que, por sua vez, ocorre via processo seletivo, a partir da comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica, realizada mediante a apresentação de documentos relativos à identificação da (o) estudante e seu núcleo familiar, informações e comprovações sobre as condições de vida e trabalho de cada familiar, o domicílio, despesas permanentes e situação de trabalho e renda.

Para dar prosseguimento ao processo de trabalho coletivo e combinado, desenvolvido no âmbito deste espaço sócio-ocupacional, a PROAE se estrutura internamente a partir de três coordenações, nomeadas como: Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED), Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE), constituída pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPE), e Coordenação de Unidades Executivas (CUE).

Na CPAE[4] estão lotadas (os) profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, auxiliares de enfermagem e assistentes administrativos, sendo de sua competência:

> 1. coordenar processos de seleção para ingresso nos programas de moradia, restaurante universitário e creche; 2. cadastrar estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica; 3. desenvolver ações de apoio social aos estudantes; 4. assessorar o Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e o Conselho Social de Vida Universitária na implementação e condução das políticas de assistência estudantil; 5. planejar ações de avaliação e acompanhamento social; 6. realizar pesquisas das condições sócio-econômicas dos estudantes; 7. acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários; 8. colaborar com outros órgãos competentes na elaboração de projetos voltados para a melhoria do desempenho acadêmico de estudantes; 9. propor programas de acompanhamento psicossocial para estudantes; e 10. organizar atividades voltadas à qualificação das relações interpessoais dos estudantes que convivem nas residências estudantis (UFBA, 2013, p. 37-38) (sic).

Segundo o documento "UFBA em Números" (2019), as ações de assistência estudantil na Universidade dispuseram de R$ 36.885.333,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais), valor orçado em 2019 e totalmente executado durante o ano seguinte, o que permitiu manter a oferta de 818.854 benefícios, incluindo

3 Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

4 Vale registrar que no âmbito dessa coordenação funciona o Núcleo de Atenção à Saúde Integral da/o Estudante (NASIE). O NASIE possui como competência prestar acolhimento, encaminhamentos, orientações e acompanhamento de estudantes cadastradas(os) nas situações relativas à saúde. Além disso, a equipe do NASIE é responsável pela recepção das solicitações de auxílio-saúde para aquisição de óculos e medicamentos, sem cobertura no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (UFBA, s/d).

serviços, bolsas e auxílios, disponibilizados no âmbito da Pró-Reitoria, contemplando um total de 9.896 discentes.

O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFBA

Este tópico destina-se à discussão sobre a particularidade do trabalho das (os) assistentes sociais na PROAE a partir da descrição do processo de trabalho no qual se inserem as (os) assistentes sociais, evidenciando as principais atividades desenvolvidas por esta categoria profissional nesse espaço sócio-ocupacional, bem como as respostas dadas por este segmento profissional para atender às demandas impostas pela instituição. Nas reflexões desenvolvidas ao longo do texto, buscar-se-á estabelecer correlações com a bibliografia estudada e experiências profissionais vivenciadas por outras (os) profissionais em espaços sócio-ocupacionais, cujo objeto de trabalho profissional se configura como expressões da "questão social" manifestadas no âmbito da assistência estudantil.

O processo de trabalho

O Serviço Social, desde a sua profissionalização, tem assumido como uma de suas competências a prestação de serviços sociais às (aos) usuárias (os) das instituições das quais participa, integrando um processo coletivo de trabalho (Marx, 2013; Lukács, 2013; Iamamoto, 2007). Desta maneira, parte-se da premissa que estas (es) profissionais, ao comporem o processo de trabalho na UFBA, se juntam a profissionais de outras áreas do conhecimento para dar prosseguimento ao processo de trabalho vigente, conforme argumenta Iamamato (2007).

Na PROAE, atualmente 13 assistentes sociais integram o processo de trabalho coletivo realizado na assistência estudantil, localizando-se em três diferentes campi da UFBA, compondo a estrutura organizacional interna de núcleos e coordenações, responsáveis pela execução das ações de assistência estudantil distribuídas (os) da seguinte forma: oito no NAE/CPAE, uma na Creche, uma no NAPE, duas na COAE/IMS e uma no NOAE/ICTI. Sobre o quantitativo de profissionais de Serviço Social para o trabalho no campo da assistência estudantil, cabe registrar, trata-se de uma quantidade insuficiente para suprir o volume de demandas, principalmente se analisada a partir do contexto caracterizado pela elevação do nível de escolarização das (os) jovens brasileiras (os) via programas governamentais – REUNI, PNAES e Lei de Cotas –, conforme os estudos elaborados por Lima (2012).

Atualmente, todas (os) as (os) assistentes sociais que integram a equipe de trabalho responsável pela execução das atividades relativas à assistência estudantil, fazem parte da carreira técnico-administrativa na UFBA, com ingresso via concurso público.

A população usuária atendida na instituição tem acesso direto ao Serviço Social e os atendimentos podem ser realizados via agendamento prévio ou demanda espontânea, podendo ocorrer por decisão individual da (o) demandante ou por meio de encaminhamentos pro-

venientes dos atendimentos realizados por demais integrantes da CPAE ou ainda decorrentes de outros órgãos da UFBA.

Este espaço sócio-ocupacional, mediante a possibilidade de contato direto com a população usuária, se revela com grande potencial de desenvolvimento do trabalho profissional, porém as limitações decorrentes da quantidade insuficiente de profissionais constituem-se numa barreira.

Durante o desenvolvimento do trabalho, as (os) profissionais deparam-se com as expressões da "questão social", como doença, fome, dependência química, situação de moradia, conflitos familiares, dentre outras, que dizem respeito à população usuária e núcleos familiares, e demandam outras intervenções técnicas inerentes à profissão, tais como: acompanhamentos, encaminhamentos, atividades de natureza socioeducativa, dentre outras, as quais as (os) profissionais encontram entraves na execução, em decorrência das questões imediatas que se sobrepõem ao trabalho no cotidiano.

Para atendimento das demandas apresentadas no âmbito da assistência estudantil, objeto do trabalho das (os) assistentes sociais nesse espaço ocupacional, após o recorte institucional da expressão da "questão social" a ser atendida no seu âmbito, conforme aponta Iamomoto (2015), as (os) profissionais têm recorrido ao arsenal técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, construídos ao longo do percurso histórico da profissão pelo conjunto da categoria profissional para responder às demandas que lhes são postas. Desta maneira, o Serviço Social, na tentativa de responder as demandas postas nas instituições de ensino superior, se propõe a realizar no âmbito de atuação da PROAE, estudos socioeconômicos, encaminhamentos, orientações, acompanhamento, reuniões, planejamento, visitas técnicas: domiciliar e/ou institucional, plantão social, oficinas, atendimentos individuais e em grupo e articulação da rede socioassistencial, dentre outras atividades, conforme evidencia os trechos abaixo transcritos:

> Atendimento de *plantão social de uma a duas vezes na semana durante um turno para fins de verificação das demandas e eventual concessão de acesso ao serviço de alimentação temporário, auxílio emergencial para situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica com indícios de risco pessoal e social, prestação de orientações sobre as bolsas/auxílios, encaminhamento intrasetorial, intrainstitucional e/ou interinstitucional.* Além dessa atividade, que é em caráter permanente com suspensão eventual durante os processos seletivos da assistência estudantil, o Serviço Social promove semestralmente seleção de bolsa e auxílios com visão focalizada a partir da atribuição de requisitos, critérios e classificação socioeconômica. O serviço social também é instado a *opinar em matérias com temas pertinentes ao campo de atuação profissional* (Assistente Social 3) (grifos nossos).

> Prestar orientação social à comunidade acadêmica (discentes, técnicos e docentes) para acesso a direitos, serviços e recursos sociais; – Encaminhar estudantes às redes psicossociais municipais e estadual; – *Orientação sobre as seleções para Chamadas e Editais da assistência estudantil* na PROAE; – Seleção simplificada das condições socioeconômicas de estudantes para fins de auxílios da assistência estudantil durante o SLS; – *Orientação aos colegiados dos Programas de Pós-Graduação que adotaram as re-*

comendações da PROAE para seleção para bolsas; – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de Cadastro Geral e benefícios da assistência estudantil; – Realizar atividade em grupo e entrevista social para subsidiar estudo socioeconômico; – *Emitir pareceres, relatórios e demais documentos técnicos em matéria do Serviço Social;* – Mediar casos envolvendo situações diversas da comunidade acadêmica em questões pertinentes às competências profissionais; – Organizar atividades voltadas à qualificação das relações interpessoais dos estudantes que convivem nas residências estudantis (Assistente Social 7) (grifos nossos).

As atividades acima descritas estão relacionadas ao eixo da permanência das (os) estudantes nas instituições de ensino brasileiras, que buscam promover uma inclusão parcial daquelas (es) excluídas (os) dos níveis educacionais previstos na política educacional do país.

Na UFBA, tem crescido a demanda por participação da equipe vinculada ao NAE/CPAE nos processos seletivos vinculados aos programas de pós-graduação da Universidade em três diferentes frentes: isenção de taxas de inscrição, distribuição das vagas disponibilizadas pelo programa e bolsas fornecidas pelas agências de fomento à pesquisa. Avalia-se que o aumento dessa demanda tem relação com o contexto de restrição de bolsas, mas também com mudanças relativas ao perfil das (os) estudantes de pós-graduação na atualidade, evidenciando a necessidade do desenvolvimento de estratégias no âmbito político-legal e recursos (humanos e financeiros), que viabilizem a ampliação das ações de assistência estudantil as (aos) estudantes da pós-graduação.

De acordo com os resultados da pesquisa empírica, o trabalho das (os) assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional ocorre sem vinculação a um projeto específico do Serviço Social, conforme demonstra uma das falas das (os) assistentes sociais: "não existe sistematização de projeto de intervenção específico do Serviço Social no setor em que atuo e também desconheço a sua existência a nível institucional" (Assistente Social 3). O que foi retratado também por outra (o) assistente social ao afirmar que: "caso exista um projeto, ainda não o conheço. Existe um Formulário de Informações com uma breve descrição das atividades desempenhadas pelo Serviço Social" (Assistente Social 11).

Desta maneira, avalia-se que a elaboração de projetos dessa natureza poderá direcionar o trabalho das (os) profissionais de Serviço Social inseridas (os) na PROAE, principalmente se referenciados na Lei de Regulamentação e no Código de Ética Profissional, tendo como premissa sua relativa autonomia para se colocar na defesa dos direitos sociais da população usuária, sem desconsiderar evidentemente a condição de trabalhador (a) assalariado (a) que já impõe determinados limites.

Com relação à existência de procedimentos para avaliação do trabalho, pode-se constatar que em alguns núcleos o procedimento foi incorporado à rotina da instituição, conforme demonstra o registro a seguir: "temos reuniões quinzenais na equipe multiprofissional e quando há formação ou trabalho em equipe todos se reúnem em um salão grande e avaliam a experiência" (Assistente Social 1). Por outro lado, há registro de avaliação sistemática, porém referindo-se à avaliação de desempenho (progressão por mérito), conforme previsto no PCCTAE, o que, no caso da UFBA, inclui as partes: servidor (a), chefia imediata e integrante da

equipe, não contemplando a avaliação de um representante da população usuária, de acordo com o registro abaixo transcrito:

> Além do formulário de avaliação aplicado a todos os servidores da Instituição para fins de progressão por mérito profissional, ainda não percebi a existência de outro procedimento de avaliação definido. O que ocorre muitas vezes é a avaliação dos resultados de atividades, como a apresentação e revisão de documentos formulados, nas discussões em reuniões regulares sobre as demandas recebidas pelo Serviço Social (Assistente Social 11).

Contraditoriamente, há profissionais que desconsideram totalmente a existência da avaliação de desempenho, afirmando que "não, ainda não há um processo sistematizado para produzir uma avaliação do trabalho" (Assistente Social 2).

Com relação à autonomia profissional, a maioria das respostas converge para os limites impostos à profissão no âmbito das instituições, conforme evidenciam as falas de algumas (uns) assistentes sociais, abaixo transcritas:

> Avalio que tenho uma relativa autonomia, pois *temos autonomia no atendimento ao estudante para orientação e encaminhamento, mas em algumas demandas é emitido o parecer para que a decisão seja tomada pela gestão.* Além disso, todas as nossas atividades devem estar de acordo com as normas instituições e algumas demandas não são possíveis de atender devido ao limite orçamentário (a exemplo da existência de quantidade limitada de vagas nos processos seletivos para concessão de benefícios da assistência estudantil) (Assistente Social 11) (grifos nossos).

> *Relativa, principalmente, no que tange à definição da distribuição dos recursos do PNAES entre as modalidades de auxílios/benefícios, sendo restrita a decisão do grupo gestor.* As decisões de cunho administrativo e fluxo também não têm sido submetidos ao crivo do Serviço Social (Assistente Social 3) (grifos nossos).

Essa constatação tem relação com o exposto por Iamamoto (2015), ao afirmar que "[...] o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções [...]" (Iamamoto, 2015, p. 422).

Os relatos acima demonstram ainda a utilização do recurso da autonomia quanto ao desenvolvimento do trabalho técnico, em virtude das poucas possibilidades de interferência, dadas pelas normas que regulamentam o exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2015), para defender sua relativa autonomia nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam as (os) assistentes sociais, estas (es) têm à disposição "[...] qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências [...]" (Iamamoto, 2015, p. 422), bem como através da articulação com outras instituições e representação política da classe trabalhadora nesse campo de atuação.

A supracitada autora acrescenta que, para o alargamento das margens de autonomia profissional, é imprescindível o estabelecimento de diálogos frequentes entre a categoria para construção de um respaldo coletivo que fortaleça uma identidade profissional no âmbito das

instituições, orientada por competências teórico-metodológicas e operativas, dentre outras, mais alinhadas ao desenvolvimento de práticas democráticas.

As condições de trabalho

Quanto à conformidade da estrutura deste espaço sócio-ocupacional, com a Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional da (o) assistente social, as (os) profissionais identificam avanços decorrentes de mudanças na estrutura física e como consequência dos posicionamentos das (os) profissionais.

De acordo com uma das falas: "[...] um retrospecto da minha experiência na instituição permite avaliar que as condições éticas e técnicas foram aperfeiçoadas, inclusive, devido ao posicionamento de alguns assistentes sociais, em momentos diversos, na defesa da questão" (Assistente Social 4).

No tocante à oferta de recursos humanos, as (os) assistentes sociais a consideram insuficiente, inclusive destacam a necessidade de profissionais de outras áreas do conhecimento, compreendendo as suas contribuições para o trabalho na assistência estudantil, conforme expresso no fragmento abaixo:

> [...] percebe-se a necessidade de *ampliação do quadro de profissionais diante da defasagem do número de profissionais de serviço social, psicologia, pedagogia e técnicos administrativos,* impactando nas atividades de acompanhamento psicossocial e pedagógico, atividades socioeducativas, pois nos voltamos unicamente às demandas imediatistas que emergem nos plantões sociais e de seleção. *Além desses profissionais citados que atuam mais diretamente com a comunidade estudantil, é preciso incluir profissionais de outras áreas de formação, como: técnico de informática com domínio em linguagens de programação para o desenvolvimento de instrumentais digitais e outros; e estatísticos (ou matemáticos estatísticos) para o desenvolvimento de fórmulas e levantamentos estatísticos, para que possam contribuir tanto no dia a dia do processo de trabalho como nos processos de seleção tornando-os mais céleres, eficientes e eficazes* (Assistente Social 3) (grifos nossos).

> [...] A limitação que percebo que existe no cotidiano de trabalho é em relação ao *baixo número de profissionais para um alto número de estudantes que demandam ao Serviço Social, fazendo com que não consigamos proceder, por exemplo, com a realização de entrevistas com todos os estudantes para que fosse possível conhecer melhor a realidade deles, o que restringe a possibilidade de técnicas a serem utilizadas* (Assistente Social 11) (grifos nossos).

Cabe mencionar que a requisição de profissionais de Serviço Social à Universidade, para execução do trabalho profissional especificamente voltado às atividades desenvolvidas nos processos seletivos com fins de acesso das (os) discentes aos benefícios da PROAE, foi uma realidade constante nesse espaço sócio-ocupacional até o ano de 2019. Após os efeitos dos cortes orçamentários impostos à Universidade pelo governo federal, a PROAE ficou im-

possibilitada de ampliar a equipe, via contratação de profissionais, para este trabalho e, assim, assegurar o cumprimento dos prazos previstos em edital. Vale mencionar que o trabalho realizado pelas (os) assistentes sociais vinculadas (os) ao referido contrato estava submetido às condições ainda mais precárias, pois eram expostas a cargas horárias excessivas, ambientes sem adequações éticas, técnicas e materiais, competição e elevados índices de produtividade, ratificando as reflexões desenvolvidas por Raichelis (2009).

Quanto à disponibilidade de estrutura física, as (os) profissionais identificam avanços principalmente ao se referirem às salas de atendimentos utilizadas pelas (os) profissionais do NAE, instaladas na sede da Pró-Reitoria. No entanto, na perspectiva de algumas (uns) profissionais, ainda há necessidade de improvisos que comprometem a qualidade do trabalho, pois "[...] as salas de atendimento não possuem isolamento acústico, possibilitando a escuta pelas (os) profissionais e estudantes, que porventura estejam em atendimento nas salas próximas" (Assistente Social 3) ou "[...] as salas ficam muito próximas, para garantir o sigilo é necessário falar mais baixo e pedir que a (o) estudante faça o mesmo" (Assistente Social 8). De acordo com as (os) assistentes sociais, a estrutura física para arquivo de documentos do Serviço Social atende de forma razoável, haja vista as lacunas apontadas quanto à inexistência de limites para acesso de outras (os) profissionais aos documentos de uso exclusivo do Serviço Social.

Ainda sobre o tema, o relato seguinte alerta sobre a necessidade de adoção de procedimentos que resguardem os documentos elaborados pela (o) profissional do Serviço Social.

> Considero que as condições éticas e técnicas são razoáveis para realização do meu trabalho. Do ponto de vista material e estrutural, disponho de condições adequadas para atendimento e preservação do sigilo das informações. Ainda sobre esse aspecto, avalio que as condições estruturais de arquivamento de relatórios e pareceres são suficientes. Contudo, a adoção de um procedimento para que documentos de acesso restrito elaborados pelo Serviço Social não sejam acessados, em alguns momentos, por outros profissionais da instituição ainda é necessário […] (Assistente Social 4).

Os registros das informações provenientes dos atendimentos realizados pelas (os) assistentes sociais na instituição não ocorrem de forma padronizada. A documentação técnica, classificada por Trindade (2012) como: ficha de acompanhamento social, formulários de entrevista, relatórios, livro de registro de atendimentos e/ou atividades utilizadas pelo Serviço Social na instituição, não dispõem de uma padronização interna. A supracitada autora chama a atenção para o caráter sigiloso dessa documentação e responsabilidade profissional com a guarda do acervo, cabendo à instituição dispor de adequações físicas para arquivamento do material. Contudo, de acordo com os relatos abaixo, a instituição investigada apresenta necessidades de ajustes quanto à gestão do local destinado à guarda do material, pois segundo o relato de uma (um) das (os) assistentes sociais: "das condições éticas evidencia-se o desrespeito ao sigilo profissional, pois o material não fica sob a guarda exclusiva do Serviço Social, o qual é gerenciado pelo setor pedagógico" (Assistente Social 3).

Vale mencionar que as (os) assistentes sociais têm empreendido esforços no sentido de aprimorar a elaboração da documentação técnica e padronização de sua utilização no âmbito da

instituição, inclusive evidenciando a necessidade de implantação de recursos tecnológicos que favoreçam o desenvolvimento do processo de trabalho.

Com relação ao planejamento do trabalho, as (os) assistentes sociais não o consideram como uma atividade consolidada, privilegiando quando ocorre apenas os aspectos relacionados ao processo seletivo para acesso de estudantes ao programa.

> No último ano, em particular, o planejamento sistematizado tem sido integrado à rotina institucional da equipe do Serviço Social. Por ora, tal planejamento tem sido pautado basicamente em torno das questões relacionadas ao processo seletivo semestral para benefícios da assistência estudantil, mas também por pautas consultivas da gestão. O teor da discussão tem sido debatido exclusivamente pelos (as) assistentes sociais e, eventualmente, em questões deliberativas alinhado com a chefia imediata. A regularidade das reuniões de planejamento em tempos de pandemia tem sido semanal, mas no período anterior à suspensão das atividades acadêmicas, aconteciam em média uma ou duas reuniões no mês (Assistente Social 2).

> Atualmente existe reunião semanal com dia e horário fixo para discussão sobre as demandas de trabalho que recebemos e organização com distribuição de tarefas e apresentação posterior dos resultados para avaliação e encaminhamento. Não percebo uma participação direta da chefia imediata (apenas quando são reuniões com membros da gestão por convocação da Pró-Reitora), pois na maioria das vezes a demanda é encaminhada para o Serviço Social para que esta equipe avalie e encaminhe parecer (Assistente Social 11).

O planejamento das atividades profissionais relacionadas à execução do processo seletivo aparece como parte do trabalho da equipe de assistentes sociais, sem a participação direta da gestão. Isso difere da realidade vivenciada pelas (os) assistentes sociais do IFBA, conforme demonstra o estudo realizado por Damasceno (2013) quando coloca que "[...] aos profissionais de Serviço Social têm sido atribuídas à cogestão, planejamento e execução da política de Assistência Estudantil da Instituição" (Damasceno, 2013, p. 103) (sic).

As requisições/demandas e respostas profissionais

Dentre as atividades listadas pelas (os) assistentes sociais que participaram da pesquisa, a de maior prevalência consiste na realização de estudos socioeconômicos, importantes viabilizadores do acesso a direitos, revelador das tendências de focalização e seletividade das políticas sociais e do trabalho profissional no âmbito da instituição, bem como das expressões da "questão social" não atendidas dentro da ordem capitalista (Mioto, 2009).

O Serviço Social promove e participa de reuniões envolvendo questões relativas ao desenvolvimento do trabalho na instituição como retrata um (a) assistente social:

> "planejamento, problemas no fluxo e distribuição das atividades, demandas diversas encaminhadas pela gestão (pareceres técnicos, apresentação de propostas de ação para outros órgãos da universidade, etc.)" (Assistente Social 4). Contudo, revela-se não se tratar de uma atividade totalmente integrada

à rotina institucional, conforme relato de um (a) das (os) assistentes sociais: "a equipe do Serviço Social se reúne em alguns momentos, mas não há uma periodicidade definida" (Assistente Social 9).

O Plantão Social, atividade realizada pelas (os) profissionais do NAE, está organizado para atender demandas diversas da população usuária. Na execução do Plantão, a equipe se divide num revezamento semanal nos turnos matutino e vespertino. Nestas ocasiões, as (os) profissionais prestam orientações sobre o funcionamento da instituição, condições e requisitos para acesso às ações do programa de assistência ao estudante, encaminhamentos internos e externos, ou ainda aciona recursos eventuais e/ou emergenciais, previstos pela CPAE/PROAE. Na avaliação das (os) assistentes sociais, as questões, propostas e sugestões colocadas pela equipe são parcialmente incorporadas à rotina de trabalho, conforme se pode concluir dos extratos seguintes: "[...] são sim, mas às vezes se perdem pelo caminho" (Assistente Social 1); "[...] pontualmente as sugestões apresentadas são acatadas pela gestão" (Assistente Social 3); "às vezes e por parte da equipe, pois depende do nível de entendimento e consenso da questão na equipe" (Assistente Social 4).

De uma forma geral, as (os) profissionais fazem uma avaliação positiva sobre o trabalho profissional na instituição, apesar das condições existentes dificultarem a execução das ações pertinentes às suas competências e atribuições. De acordo com as (os) técnicas (os), existe um ambiente propício ao diálogo e apontam a qualidade dos serviços prestados à competência da equipe. Nesse sentido, uma (um) das (os) assistentes sociais afirma que "[...] gostaria de ter melhores resultados, mas as condições de trabalho não permitem" (Assistente Social 1). Uma segunda opinião revela que:

> O resultado é bom, sendo possível melhorar, principalmente, no que se refere ao acompanhamento dos estudantes após serem selecionados para a assistência estudantil. Entendo também o meu trabalho como parte de um trabalho que é realizado em equipe, onde existem profissionais muito comprometidos em fazer o melhor, porém algumas limitações referentes a estrutura, a recursos humanos e a outras impedem que alcancemos melhores resultados (Assistente Social 9).

As orientações e socialização de informações quanto às normas e procedimentos internos para acesso aos serviços e benefícios ofertados pela instituição, realizadas a partir de abordagens individuais e grupais, originadas da CPAE/PROAE ou unidades de ensino para recepção de novas (os) estudantes, constituem-se em ações profissionais de cunho socioeducativo passível de realização em diversos espaços sócio-ocupacionais e reproduzida na instituição investigada, tendo em vista a singularidade da relação estabelecida entre a população usuária e a (o) profissional (Iamamoto, 2007). Isso abre espaço para uma intervenção que favoreça o desenvolvimento de reflexões críticas, tomadas de decisões que contribuam para o despertar emancipatório e a participação política nas questões que envolvem a coletividade (Mioto, 2009).

O Serviço Social tem sido demandado a participar de comissões no âmbito da CPAE, cujo objeto é a apuração de denúncias relativas à utilização indevida dos benefícios da assistência estudantil. Conforme relato de um (a) profissional: "[...] análise de denúncias

por suposto acesso indevido à alguma ação direcionada aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica [...]" (Assistente Social 4). Na ausência de uma padronização interna sobre tais procedimentos, as (os) profissionais têm se organizado em grupos de trabalho para cumprimento da atividade, ao mesmo tempo em que estabelece diálogos incipientes sobre o papel desta categoria no desempenho de tal ação.

Outra requisição posta às (aos) assistentes sociais é a participação na Comissão Permanente de Heteroidentificação, criada pela Portaria nº 169, de 05 de dezembro de 2019, com a finalidade de desenvolver ação complementar à autodeclaração de candidatas (os) ingressantes via modalidade de cotas reservadas para pessoas pretas e pardas, em conformidade com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Decreto nº 7.824, de 2012, e Portaria Normativa nº 18, de 2012, que tratam da implementação das reservas de vagas em instituições públicas federais de ensino superior, que vem sendo requisitada pela PROAE. Quando solicitadas (os) a responderem sobre a possibilidade de desenvolverem outras intervenções profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, as (os) profissionais responderam afirmativamente indicando algumas possibilidades, a saber: "acompanhamento dos assistidos e cadastrados, atividades socioeducativas, sistematização e publicização dos resultados" (Assistente Social 3), "participação no planejamento orçamentário, mobilização para o controle social sobre as ações desenvolvidas na Instituição, além de ações que poderiam ser realizadas junto aos discentes do ensino médio" (Assistente Social 4) e "desenvolver trabalho interdisciplinar com a finalidade de acolher os estudantes nas suas dificuldades sociais, pedagógicas, psicológicas" (Assistente Social 9).

Quanto ao conhecimento do Serviço Social sobre o montante do orçamento destinado para execução do PNAES pelo MEC, a maioria das (os) participantes informa desconhecer o respectivo valor. O que ficou evidente na pesquisa é que esta atividade não faz parte da rotina institucional das (os) profissionais do Serviço Social.

Sobre a participação das (os) assistentes sociais na gestão institucional com recebimento de gratificação, existem experiências nesse sentido, conforme exposto nesse fragmento: "sim, função gratificada como assessoria" (Assistente Social 2), bem como na gestão de núcleos, conforme demonstra o seguinte trecho: "sim, Coordenação do Núcleo Local de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas [...]" (Assistente Social 9). Situação constatada também pela pesquisadora Damasceno (2013), ao registrar ampliação de demandas relativas à cogestão e/ou gestão de espaços, cujo objeto de trabalho são as expressões da "questão social" enfrentadas no campo educacional através da assistência estudantil.

Em caráter de síntese, essa pesquisa revelou que em relação às condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, esse espaço sócio-ocupacional é impactado pelos efeitos da reestruturação produtiva e incorporação dos pressupostos neoliberais na agenda governamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu conhecer o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, evidenciando o caráter contraditório do Serviço Social na política social de educação, igualmente contraditória, considerando as determinações que favoreceram o seu surgimento na sociedade capitalista, repercutindo nas requisições postas à profissionalização dessa categoria profissional nesse campo.

Foi possível identificar as respostas profissionais apresentadas pelo Serviço Social à instituição que, por sua vez, impõe como principal demanda a participação das (os) assistentes sociais nos processos seletivos para acesso aos auxílios, serviços e bolsas oferecidos no âmbito da Pró-Reitoria.

Para atender esta demanda, foi constatado que as (os) assistentes sociais têm desenvolvido atividades voltadas para divulgação e orientações sobre o programa de assistência estudantil, reuniões, plantões sociais, estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, entrevistas, acompanhamento social, encaminhamentos, abordagem grupal e planejamento das ações relacionadas aos processos seletivos, dentre outras. Vale mencionar os estudos para validação do perfil de vulnerabilidade socioeconômica e identificação do grupo prioritário a ser atendido com os serviços prestados pela instituição, que se constitui como a principal atividade realizada nesse espaço sócio-ocupacional.

Quanto à análise das condições de trabalho, requisições, demandas e respostas profissionais acionadas nesse espaço sócio-ocupacional para execução das ações da assistência estudantil, a pesquisa possibilitou evidenciar como a experiência vivenciada por estas (es) trabalhadoras (es) ocorre mesmo diante da insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros para atendimento das demandas apresentadas pela população usuária que aciona a instituição. Essa principal demanda institucional está relacionada aos processos seletivos para acesso a auxílios, serviços e bolsas, que buscam atender parcialmente às demandas apresentadas pelo corpo discente, o que evidencia, mesmo num processo de expansão recente, um contexto de poucas oportunidades educacionais no ensino superior público federal.

Contudo, foi possível identificar como as (os) assistentes sociais têm apresentado respostas profissionais às demandas colocadas pela instituição nesse contexto: através do desenvolvimento de atividades voltadas para divulgação e orientações das ações do programa de assistência estudantil, reuniões, plantões sociais, visitas domiciliares, acompanhamento social, encaminhamentos, planejamento das ações relacionadas aos processos seletivos. Desta maneira, foi possível confirmar o lugar estratégico que o Serviço Social ocupa para identificar as principais demandas da população usuária da assistência estudantil e as possibilidades de contribuição desta categoria profissional na concepção, elaboração e avaliação desta política, superando os limites da participação direta apenas no nível da execução das políticas sociais concebidas pelo Estado.

Cabe destacar como futuro desafio para próximas pesquisas, a investigação sobre a trajetória de participação e contribuições do Serviço Social na execução do programa de assistência estudantil da Universidade, bem como sobre a ampliação das possibilidades de intervenções profissionais que favoreçam um percurso acadêmico mais qualificado da população usuária em suas dimensões pessoais e acadêmica, com repercussão na futura atuação profissional.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, H. de J. **Serviço Social na Educação**: a intersetorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital e fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: SANTOS, C. M. dos *et al*. **Serviço Social e Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 01-26.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/Karl Marx. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, R. C. Estudos Socioeconômicos. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 481-496.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 377-391.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In*: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 69-102.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 - 2022**. 2017. Disponível em: https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/pdi. Acesso em: 18 out. 2019.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Regimento Interno da Reitoria, de 13 de setembro de 2013**. Salvador, 2013.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. A PROAE. [s/d]. Disponível em: https://proae.ufba.br/pt-br/proae. Acesso em: 01 dez. 2019.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357